



EDITAL

CREDENCIAMENTO PÚBLICO N.º 003/2024

PROCESSO N.º 059/2024

EDITAL N.º 049/2024

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL/SP**, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados que está procedendo ao **CREDENCIAMENTO PÚBLICO** e apresentação de documentos, **no período do dia 13/05/2024 até o dia 13/05/2025, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, nos dias de expediente**, na Prefeitura Municipal de Palmital/SP, localizada na Rua Joaquim Nascimento Lourenço, 119 – Centro, CEP: 19970-074, Setor de licitações para fins de **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas para atuar como **PINTOR, PEDREIRO, ELETRICISTA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E SERVENTE DE PEDREIRO**, com fundamento no art. 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21, com regulamentação municipal disponível no link <https://www.palmital.sp.gov.br/portal/diario-oficial/ver/976>, para atender demandas da Prefeitura Municipal e seus departamentos.

Os interessados no Credenciamento poderão obter cópia integral deste Edital e seus anexos no site oficial da Prefeitura de Palmital, no endereço eletrônico: <https://www.palmital.sp.gov.br/portal/editais/1>.

I. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame o Credenciamento de pessoas jurídicas do tipo MEI (Microempreendedor Individual) para atuar como **PINTOR, PEDREIRO, ELETRICISTA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E SERVENTES DE PEDREIRO** para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Palmital/SP e seus Departamentos.

II. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de Credenciamento constantes na Cláusula III e aceitem as exigências estabelecidas neste edital, inclusive quanto ao preço estipulado e comprovem a regularidade com seus documentos de habilitação, a seguir listados:

III. DO CREDENCIAMENTO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



3.1. Para o Credenciamento, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

3.1.1. FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

a) Formulário de inscrição (Anexo II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO) endereçado à Comissão de Contratação, devidamente preenchido, redigido em papel timbrado, assinado pelo representante legal, solicitando o Credenciamento com as disposições constantes neste regulamento e declarando que aceita prestar os serviços pelos valores constantes da tabela de referência prevista neste instrumento.

b) Cópia do **RG** e **CPF** e/ou **CNH** do representante legal;

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) no ramo ao qual se candidata;

3.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) O licitante microempreendedor individual, deverá apresentar o CCMEI (Certificado Cadastro do Microempreendedor Individual) expedido através do portal do empreendedor: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/emissao-de-comprovante-ccmei>;

b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de licitar ou contratar com a administração (Anexo III).

3.1.3. REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** (consistindo em Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativo Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), abrangendo as **contribuições sociais** – Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

b) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais – apenas **Mobiliários**) da sede ou filial que efetivamente executar o Contrato, na forma da Lei, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data de encerramento desta licitação, se outro prazo não constar dos documentos.

3.2. A documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal deverá ser apresentada ainda que possua restrição, visto que a sua regularidade será exigida apenas para efeito de assinatura do futuro Contrato.

3.3. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável pelo mesmo por igual período, a critério da administração, cujo prazo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

3.3.3. A não regularização da documentação no prazo estabelecido implicará decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula XII.

3.4. Serão aceitas certidões de regularidade fiscal nos casos em que o requerente

apresentar certidão positiva com efeitos de negativa.

3.5. O Credenciamento dos interessados está condicionado à aceitabilidade dos mesmos pela Comissão de Contratação, através de Ata e demais documentos relativos ao Processo.

3.6. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório competente, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor público municipal;

3.7. No caso de apresentação de documentos e/ou certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

IV. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

4.1. Os documentos referidos nos itens 3.1.1., 3.1.2. e 3.1.3. (“a” e “b”) da Cláusula III deverão ser apresentados em envelope não transparente, fechado e indevassável, contendo em sua parte externa, além da identificação da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE “DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO”

CREDENCIAMENTO PÚBLICO N° 003/2024

EDITAL N° 049/2024 - PROCESSO N° 059/2024

4.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

4.3. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Credenciamento, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos, exceto quanto às Declarações constantes dos anexos do edital que poderão ser firmadas na sessão. Quando o interessado apresentar certidão extraída por meio da internet, que não seja original, a Comissão de Contratação diligenciará efetuando consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

4.4. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação do interessado.

4.5. Não serão recebidos documentos por qualquer outro meio que não seja o físico, ou e-mail com as devidas assinaturas digitais naqueles documentos não emitidos pela internet.

V. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO



5.1. A Comissão de Contratação analisará e avaliará a documentação dos interessados para fins de Credenciamento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do dia do recebimento da documentação e publicará no Diário Oficial do Estado e Semanário Oficial do Município de Palmital os requerentes habilitados bem como a respectiva ordem cronológica e a relação dos inabilitados.

5.2. Da decisão de habilitação ou inabilitação de licitante caberá recurso, devendo o licitante manifestar a intenção de recorrer imediatamente, sob pena de preclusão e apresentar as razões recursais no prazo de 03 (três) dias contados da data de intimação que será realizada por publicação no Semanário Oficial do Município de Palmital.

5.3. Admitir-se-á a correção de falhas relativas aos documentos de habilitação, desde que, a critério da Comissão de Contratação, tal saneamento possa ser concretizado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.

5.4. O requerente habilitado nas condições do subitem 3.1.2 deverá comprovar sua regularidade fiscal, decaindo do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.5. A comprovação de que trata o item 5.4. deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes Certidões Negativas de Débitos ou Positivas com efeito de Negativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado do Credenciamento no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Município de Palmital.

5.5.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

5.6. Serão considerados credenciados todos os requerentes que atenderem às condições fixadas neste Edital.

5.7. O resultado do Credenciamento será publicado no Credenciamento no Diário Oficial do Estado e no Semanário Oficial do Município de Palmital, no endereço eletrônico <https://www.palmital.sp.gov.br/portal/diario-oficial>.

VI. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços a serem prestados serão solicitados pelo prefeito municipal ou pelos Diretores de cada Departamento, através de O.S (Ordem de Serviço) enviada ao credenciado através do e-mail informado no cadastro e/ou Whatsapp, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital, correndo por conta do CREDENCIADO as despesas com transporte, alimentação, tributos e encargos previdenciários decorrentes da execução do objeto do Contrato.

VII. DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS CREDENCIADOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Todos os requerentes credenciados poderão prestar serviços ao Município de Palmital/SP por período pré-determinado em Contrato.

7.2. A Administração Pública Municipal identificará a quantidade de horas necessárias para a realização de cada serviço credenciado.

7.3. A Administração Pública Municipal elencará os serviços prioritários e convocará os credenciados na quantidade necessária, mediante ordem cronológica de Credenciamento. Exemplo: O primeiro a ser chamado será o credenciado que apresentou primeiro seu requerimento de Credenciamento e ao término do seu serviço voltará ao fim da fila e aguardará até que chegue sua vez novamente.

7.4. É vedado ao credenciado escolher a obra ou serviço que deseja realizar, bem como a quantidade de horas que pretende desenvolver, cabendo exclusivamente à Administração Pública Municipal esta determinação.

7.5. Na hipótese de acudirem menos interessados que a demanda da Administração, cada credenciado contratado, assim que concluir e entregar a obra ou serviço que lhe fora incumbido poderá receber nova O.S (Ordem de Serviço), responsabilizando-se por nova demanda.

7.6. Na hipótese do número de credenciados ser maior do que a necessidade do Município, obedecer-se-á à ordem cronológica de Credenciamento, em apreço aos princípios da impessoalidade e da igualdade.

VIII. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O objeto do Contrato em cada uma de suas parcelas (caso haja) será recebido de acordo com o estabelecido a seguir:

8.1.1. No último dia útil de cada mês, ou ao final do serviço, caso seja realizado em período inferior 01 (um) mês o Fiscal de Contrato deverá apresentar relatório dos serviços prestados ao CONTRATANTE, contendo os quantitativos de horas e os seus respectivos valores, conforme estabelecido previamente no Termo de Referência.

8.2. O CONTRATANTE solicitará ao CONTRATADO, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação, objetivando a emissão da nota fiscal.

8.3. Serão considerados para fins de remuneração do CONTRATADO somente os quantitativos de serviços efetivamente prestados e apurados no período considerado.

IX. DOS PAGAMENTOS

9.1. O CREDENCIADO apresentará a(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(as) no Setor de Protocolo desta Prefeitura, acompanhadas das Certidões Negativas de Débitos relativa à

regularidade fiscal, que trata o item 3.1.3., alíneas “a” e “b” do presente Edital, referente à prestação do serviço até o último dia útil do mês que ocorreu a entrega.

9.2. A Prefeitura providenciará o pagamento no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data do protocolo da Nota Fiscal.

X. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação decorrente do Credenciamento será formalizada mediante celebração de termo de Contrato, cuja minuta integra este edital como ANEXO IV após a convocação por parte da Administração através mensagem pelo aplicativo Whatsapp e/ou e-mail fornecido pelo credenciado e de acordo com a demanda e planejamento da Administração. O Credenciado deverá responder em até 48 (quarenta e oito) horas ou comparecer na Prefeitura Municipal de Palmital/SP para celebrar o Contrato, sob pena de ser substituído pelo credenciado seguinte na ordem cronológica.

10.2. Se, por ocasião da formalização do Contrato, as Certidões de regularidade Fiscal estiverem com os prazos de validade vencidos, a Secretaria Municipal de Fazenda verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo de pagamento a regularidade e anexando cópias dos documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.3. A celebração dos Contratos não confere aos CREDENCIADOS qualquer tipo de exclusividade na prestação dos serviços, podendo a Administração Municipal ampliar o perímetro estabelecido e promover novos chamamentos públicos durante a vigência dos ajustes celebrados.

10.4. O prazo de **vigência** do Contrato será de **12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura, sendo que, para cada serviço será emitida uma O.S (Ordem de Serviço) assinada pelo Prefeito ou pelo Diretor(a) solicitante, contendo as informações dos serviços a serem prestados, bem como a estimativa de horas necessárias à realização dos trabalhos.

10.5. Caso o serviço seja concluído em quantidade de horas menor que a estimada, o pagamento do CONTRATADO se dará sempre sobre as horas efetivamente trabalhadas.

10.6. Caso não seja possível concluir o serviço na quantidade de horas estimadas na O.S (Ordem de Serviço), a Administração, com o auxílio do Fiscal de Contrato, avaliará a eficiência do CONTRATADO, resolvendo acerca da possibilidade de nova O.S (Ordem de Serviço) ou do chamamento do próximo CREDENCIADO.

10.7. Ocorrendo a resolução do Contrato com base em qualquer condição, o CONTRATADO não terá direito a qualquer espécie de indenização, sendo devido apenas o pagamento dos serviços comprovadamente prestados.



10.8. A execução dos serviços deverá ter início imediato, a contar da data de assinatura da O.S. (Ordem de Serviço) o não atendimento do CREDENCIADO dará direito ao solicitante de chamar o próximo CREDENCIADO de acordo com o cronograma fixado neste edital.

XI. DAS DESPESAS

11.1. Os custos e despesas decorrentes dos pagamentos dos serviços objeto deste Credenciamento serão de responsabilidade do Município de Palmital/SP e atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2024:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 041220102.2.104000 3.3.90.39.00,
041220103.2.105000 3.3.90.39.00, 041220103.2.337000 3.3.90.39.00,
041220103.2.338000, 041220103.2.030000 3.3.90.39.00, 041220103.2.016000
3.3.90.39.00 SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE 041220104.2.111000
3.3.90.39.00, 288460104.0.010000 3.3.90.39.00, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E
CULTURA 123650117.2.150000 3.3.90.39.00, 123610117.2.149000 3.3.90.39.00,
123640118.2.018000 3.3.90.39, 123610117.2.153000 3.3.90.39, 123060118.2.143000
3.3.90.39.00, 133920116.2.146000 3.3.90.39.50, 123630117.2.151000 3.3.90.39.00,
SECRETARIA DE SAÚDE 103010113.2.044000 3.3.90.39, 103020113.2.051000
3.3.90.39, 103020113.2.052000 3.3.90.39, 103030113.2.129000 3.3.90.39.00,
103010113.2.133000 3.3.90.39.00, 103020113.2.135000 3.3.90.39.00,
103040113.2.141000 3.3.90.39.00, 103010113.2.137000 3.3.90.39.00,
103040113.2.027000 3.3.90.39.00, 103050113.2.028000 3.3.90.39.00, SECRETARIA
DE OBRAS E SERVIÇOS 154520122.2.191000 3.3.90.39.00, 154520122.2.187000
3.3.90.39.00, 154520122.2.188000 3.3.90.39.00, 154520122.2.185000 3.3.90.39.00,
SECRETARIA AGRICULTURA DE MEIO AMBIENTE 206060121.2.181000
3.3.90.39.00, 185410121.2.204000 3.3.90.39.00, 185410121.2.026000 3.3.90.39.00,
185410121.2.024000 3.3.90.39, 206060121.2.180000 3.3.90.39, SECRETARIA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL 082440109.2.126000 3.3.90.39.00, 082440109.2.206000
3.3.90.39.00, 082440109.2.034000 3.3.90.39, 082440109.2.035000 3.3.90.39.00,
082440109.2.036000 3.3.90.39.00, SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E TURISMO
278120120.2.178000 3.3.90.39.00. SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURIDICOS
040610102.2.333000 3.3.90.39.00.

XII. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

12.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

12.1.1. dar causa à inexecução parcial do Contrato;

12.1.2. dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. dar causa à inexecução total do Contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



12.1.6. não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021 aos responsáveis pelas infrações administrativas serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.1. A aplicação das penalidades previstas não exclui, se for o caso, a reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2.2. Na aplicação das penalidades descritas no item 12.2 serão consideradas:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3. A aplicação de advertência será aplicada exclusivamente ao licitante que dar causa à inexecução total ou parcial, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.4. A penalidade de multa será aplicada sobre o valor do Contrato não cumprido no percentual mínimo de 0,5% até o máximo de 30%, consideradas as condições descritas no item 12.2.2.

12.4.1. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o contratado à multa de mora no percentual de 10% sobre o valor do Contrato, ressalvada a possibilidade de aplicação cumulativa das outras penalidades cabíveis quando o ato praticado caracterizar as infrações administrativas descritas no item 12.1.

12.4.1.1. A multa de mora pelo atraso na execução poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do Contrato com aplicação de outras

penalidades, a critério da Administração Pública.

12.5. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao licitante que praticar os atos descritos nos itens 12.1.2 ao 12.1.7, no prazo máximo de 3 anos.

12.5.1. Quando as circunstâncias da infração administrativa descritas nos itens 12.1.2 ao 12.1.7 ensejarem aplicação de penalidade mais gravosa a Administração Pública poderá aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública no prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

12.6. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao licitante que praticar os atos descritos nos itens 12.1.8 ao 12.1.12 no prazo máximo de 3 anos e máximo de 06 anos.

12.7. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais;

12.8. Caso a multa ou as indenizações cabíveis forem superiores ao pagamento devido ao contratado, além da perda do valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou cobrada judicialmente.

12.9. Na aplicação da penalidade de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

12.10. A aplicação das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade para licitar e contratar será precedida de procedimento administrativo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei 14.133/21.

12.11. Serão observados os artigos 155 ao 163 da Lei 14.133/21 para aplicação penalidades nas infrações administrativas.

12.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado nos termos do art. 163 da Lei 14.133/21.

XIII. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do Credenciamento, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital;

13.1.1. As petições deverão ser protocoladas junto à Prefeitura Municipal de Palmital/SP, localizada na Rua Joaquim Nascimento Lourenço, nº 119, Centro, Palmital/SP – CEP 19.970-074, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, dirigida à autoridade subscritora do Edital;

13.2. A resposta ao esclarecimento, providências ou impugnação será divulgada no site oficial da Prefeitura Municipal de Palmital-SP no prazo de 03 (dias) úteis, limitado ao dia útil anterior à data prevista para a abertura do Edital.

13.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;



13.4. Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

13.5. A impugnação deverá ser protocolada devidamente assinada por seus subscritores, direcionadas de forma clara e específica a Comissão de Contratação no Setor de Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de Palmital/SP, localizada na Rua Joaquim Nascimento Lourenço, nº 119, Centro, Palmital/SP – CEP 19.970-074, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min.

13.5.1. Não protocolando na forma definida, à autoridade subscritora do Edital não apreciará o teor da impugnação.

XIV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Os casos omissos do presente Edital serão resolvidos com base na Lei Federal n.º 14.133/2021 e outras fontes do Direito, sempre em decisão motivada.

14.2. Os esclarecimentos relativos a este Credenciamento serão prestados nos dias de expediente, das 08h00min às 16h00min, diretamente no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Palmital/SP.

14.3. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o presente edital, fica eleito o foro da Comarca de Palmital/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.4. Constituem Anexos do Presente Edital:

14.4.1. Tabela de Preços do Município de Palmital/SP e a descrição dos serviços (ANEXO I);

14.4.2. Solicitação de Credenciamento (ANEXO II);

14.4.3. Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração (ANEXO III);

14.4.4. Minuta de Contrato (ANEXO IV);

14.4.5. Termo de Ciência e Notificação (ANEXO V).

Palmital, 08 de maio de 2024.-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES
- Prefeito Municipal -



ANEXO I

TABELA DE PREÇOS DO MUNICÍPIO DE PALMITAL-SP¹

ITEM	SERVIÇOS	VALOR DIA
01	Pintor	R\$ 135,97
02	Pedreiro	R\$ 118,41
03	Eletricista	R\$ 158,50
04	Auxiliar de serviços gerais	R\$ 97,40
05	Servente de pedreiro	R\$ 97,40

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1- PINTOR

Descrição Sintética dos Serviços: Verificar o trabalho a ser executado observando as medidas, a posição e o estado original da superfície a ser pintada para determinar os procedimentos e materiais a serem utilizados; Limpar as superfícies escovando-as, lixando-as ou retirando a pintura velha ou das partes danificadas com raspadeiras, solventes e jatos de ar, para eliminar resíduos; Lixar e retocar as falhas e as emendas utilizando material apropriado para corrigir defeitos e facilitar a aderência da tinta; Organizar o material de pintura escolhendo o tipo conveniente para executar corretamente a tarefa; Proteger as partes que não serão pintadas utilizando fitas adesivas ou outro meio para evitar que recebam tinta; Pintar as superfícies aplicando sobre elas uma ou várias camadas de tinta ou produto similar utilizando o material escolhido para protegê-las e dar-lhes o aspecto desejado;

Materiais: Serão fornecidos pela Administração Pública Municipal os materiais necessários para execução dos serviços, sendo de total responsabilidade do CREDENCIADO o correto uso e a aplicação adequada.

2- PEDREIRO

Descrição Sintética dos Serviços: Executar trabalhos em alvenaria, concreto e outros materiais, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares.

Materiais: serão fornecidos pela Administração Pública Municipal, para a execução das atividades do serviço do pedreiro, exceto: EPI'S ferramentas, tais como: colher de pedreiro,

¹ O "VALOR DO DIA" é resultado da divisão do valor instituído mensalista da tabela SINAPI 02/2024 desonerada por 30 - <https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx>



desempenadeira, trena, régua de alumínio, esquadro e prumo de parede, sendo que estes materiais deverão ser providenciados pelo próprio CREDENCIADO a medida de sua necessidade. Quanto ao restante do material necessário ao serviço, disponibilizado pela Administração o CREDENCIADO se responsabilizará pelo correto uso e a aplicação adequada.

3- ELETRICISTA

Descrição Sintética dos Serviços: Instalar componentes de segurança e distribuição (por exemplo, interruptores, resistores, painéis de disjuntores etc.); Conectar a fiação elétrica em circuitos e redes, garantindo a compatibilidade dos componentes; Preparar e montar conduíte e conectar a fiação elétrica através deles; Evitar avarias de sistemas com a inspeção e substituição rotineira da fiação antiga e dos cabos de isolamento, a limpeza dos circuitos; Executar efetivamente os procedimentos adequados de solução de problemas para identificar riscos ou falhas e reparar ou substituir unidades danificadas aplicação adequada dentre outros.

Materiais: serão fornecidos pela Administração Pública Municipal o material necessário para execução dos serviços, sendo de total responsabilidade do CREDENCIADO o correto uso e a aplicação adequada.

4- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Descrição Sintética dos Serviços: Executar serviços de limpeza em geral; Transporte de móveis e objetos em geral; Serviços de carga e descarga de materiais; Serviços de copa e cozinha (preparar e servir café, lanches, higienizar utensílios de cozinha, etc.); Serviços de lavanderia (lavar e passar roupas); executar outras tarefas compatíveis com a natureza da função.

Materiais: serão fornecidos pela Administração Pública Municipal o material necessário para execução dos serviços, sendo de total responsabilidade do CREDENCIADO o correto uso e a aplicação adequada.

5- SERVENTE DE PEDREIRO

Descrição Sintética dos Serviços: Preparar e transportar materiais, ferramentas, aparelhos ou qualquer peça, limpando-as e arrumando-as de acordo com instruções. - Auxiliar o oficial ou encarregado, em conjunto ou sozinho para levar a bom termo a execução de suas tarefas. Zelar pela conservação dos locais onde estão sendo realizados os serviços.

Materiais: serão fornecidos pela Administração Pública Municipal para as atividades do serviço de servente de pedreiro, sendo de total responsabilidade do CREDENCIADO o correto uso e a aplicação adequada.



ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão de Contratação da Prefeitura de Palmital-SP.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada na Rua _____, nº _____, bairro _____, no Município de _____/_____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, inscrito no RG nº _____ e no CPF/MF nº _____, endereço eletrônico _____, celular (whatsapp) _____, vem à presença de V. Senhoria requerer o Credenciamento na função de _____, conforme Edital de **Credenciamento nº 003/2024**, com a finalidade de prestar serviços à esta Prefeitura Municipal e seus Departamentos, pelo período necessário.

Para fins de participação do Credenciamento, **DECLARO**, sob as penas da lei, que estou enquadrado como microempreendedor individual – MEI e que aceito prestar o serviço de _____, conforme as atribuições e pelo valor apresentado no Anexo I – Tabela de Preços do Município de Palmital-SP.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Titular da Conta:

CNPJ/CPF:

Palmital/SP ____ de _____ de 2024.-

(Nome)
(CNPJ)



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada na Rua _____, nº _____, bairro _____, no Município de _____/_____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, inscrito no RG nº _____ e no CPF/MF nº _____, declaro sob as penas da lei, para fins de participação no **Credenciamento nº 003/2024** da Prefeitura de Palmital/SP, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, bem como não me encontro em estado de inidoneidade declarado por nenhum órgão da Administração Pública direta e que não estou sujeito(a) qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaro, ainda, ter ciência que a falsidade de Declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Palmital/SP, ____ de _____ de 2024.

Nome
CNPJ



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº/2024.

CONTRATO que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PALMITAL e a empresa, para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(S) DE PINTOR, PEDREIRO, ELETRICISTA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E SERVENTE DE PEDREIRO.

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 44.543.981/0001-99, com sede na Rua Joaquim Nascimento Lourenço nº 119, CEP: 19970-074, Bairro: Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, senhor **LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES**, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresa, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 47.801.886-1 e CPF/MF nº 395.567.688-90, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont nº 767 – Bairro: Centro, CEP: 19970-078, em Palmital/SP, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na Rua/Av.,, no município de, Estado de, doravante denominada **CONTRATADA**, no ato representada pelo senhor, possuidor do RG nº e do CPF nº, na qualidade de credenciada através do **Credenciamento Público nº 003/2024 – Edital nº 049/2024 - Processo nº 059/2024**, com fundamento no art. 79, inciso I e ss. da Lei Federal nº 14.133/21, formalizam entre si o presente ajuste, que visa a contratação descrita na Cláusula Primeira deste, e na conformidade das Cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame o Credenciamento de Pessoas Jurídicas do tipo MEI (Microempreendedor Individual) para atuar como **PINTOR, PEDREIRO, ELETRICISTA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E SERVENTES DE PEDREIRO** para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Palmital/SP e seus Departamentos.

1.2. O CONTRATADO ficará responsável pelo serviço de _____, que exercerá as atribuições descritas no Anexo I do Edital de Credenciamento nº 003/2024 que serão prestados neste município.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes deste Contrato irão onerar as seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 041220102.2.104000 3.3.90.39.00,
041220103.2.105000 3.3.90.39.00, 041220103.2.337000 3.3.90.39.00,
041220103.2.338000, 041220103.2.030000 3.3.90.39.00, 041220103.2.016000
3.3.90.39.00 SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE 041220104.2.111000
3.3.90.39.00, 288460104.0.010000 3.3.90.39.00, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E
CULTURA 123650117.2.150000 3.3.90.39.00, 123610117.2.149000 3.3.90.39.00,
123640118.2.018000 3.3.90.39, 123610117.2.153000 3.3.90.39, 123060118.2.143000
3.3.90.39.00, 133920116.2.146000 3 3.90.39.50, 123630117.2.151000 3.3.90.39.00,
SECRETARIA DE SAÚDE 103010113.2.044000 3.3.90.39, 103020113.2.051000 3.3.90.39,
103020113.2.052000 3.3.90.39, 103030113.2.129000 3.3.90.39.00, 103010113.2.133000
3.3.90.39.00, 103020113.2.135000 3.3.90.39.00, 103040113.2.141000 3.3.90.39.00,
103010113.2.137000 3.3.90.39.00, 103040113.2.027000 3.3.90.39.00,
103050113.2.028000 3.3.90.39.00, SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
154520122.2.191000 3.3.90.39.00, 154520122.2.187000 3.3.90.39.00,
154520122.2.188000 3.3.90.39.00, 154520122.2.185000 3.3.90.39.00, SECRETARIA
AGRICULTURA DE MEIO AMBIENTE 206060121.2.181000 3.3.90.39.00,
185410121.2.204000 3.3.90.39.00, 185410121.2.026000 3.3.90.39.00,
185410121.2.024000 3.3.90.39, 206060121.2.180000 3.3.90.39, SECRETARIA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL 082440109.2.126000 3.3.90.39.00, 082440109.2.206000
3.3.90.39.00, 082440109.2.034000 3.3.90.39, 082440109.2.035000 3.3.90.39.00,
082440109.2.036000 3.3.90.39.00, SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E TURISMO
278120120.2.178000 3.3.90.39.00. SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
040610102.2.333000 3.3.90.39.00.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DO PRAZO

3.1. O valor do presente Contrato é R\$ ----- (-----) conforme estimativa realizada e apresentada na solicitação integrante deste Processo.

Parágrafo único. O valor da hora trabalhada será fixo e irrevogável.

3.2. Nos preços computados neste Contrato estão incluídos todos os custos com encargos sociais e previdenciários, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. Para efeito de pagamento, o CREDENCIADO apresentará a(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(as) pelo Gestor ou Fiscal deste Contrato, acompanhadas das Certidões Negativas de Débitos relativo à regularidade fiscal, referente à prestação do serviço até o último dia útil do mês que ocorreu a entrega.



4.1.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de entrega das Notas Fiscais, conforme indicado no *caput* desta Cláusula.

4.1.2. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao CONTRATADO para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o parágrafo primeiro desta Cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal sem incorreções.

4.1.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente ou poupança em nome do CONTRATADO e informada no momento do Credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência do presente Contrato é de **12 (doze) meses** a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, consoante definido na Ordem de Serviços para a localidade incumbida ao CONTRATADO.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

6.1. Para fiel execução do ajustado, o CONTRATADO se obriga a:

6.1.1. atender às solicitações da Prefeitura Municipal, executando os serviços com presteza e eficiência;

6.1.2. arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto do Contrato, como transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

6.1.3. responsabilizar-se pelos danos causados em decorrência da má prestação de seus serviços, ainda que culposos;

6.1.4. manter, durante a vigência do Credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. Para fiel execução do ajustado, o CONTRATANTE se obriga a:

7.1.1. expedir as ordens de prestação dos serviços;

7.1.2. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente Termo;

7.1.3. exercer a fiscalização da prestação dos serviços;

7.1.4. efetuar o pagamento ao CONTRATADO de acordo com o estabelecido neste instrumento;

7.1.5. fornecer ao CONTRATADO todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados.

7.1.6. Nenhuma outra remuneração será devida ao CONTRATADO, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao



cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento, pois, além de ficar convencionado neste termo, pela própria natureza do Contrato administrativo regido pela Lei Federal n.º 14.133/2021, não há relação de emprego entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução do presente Contrato é o da empreitada por preço estimado.

8.1.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao Contrato e determinará, se necessário, a regularização das falhas observadas.

8.1.2. O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de prestação dos serviços em desacordo com as especificações e disposições deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

9.1. A execução do Contrato será acompanhada pelo Gestor designado pela autoridade competente e fiscalizado no campo administrativo, operacional e setorial pelo fiscal do Contrato, conforme Termo de Referência.

9.2. Fica designado o **Sr. SEBASTIÃO CLODOALDO DE SOUZA**, Assessor Executivo, CPF/MF nº 206.448.358-69, com observância da legislação vigente, para exercer a função de Gestor do Contrato para acompanhar a execução do Contrato.

9.3. São responsabilidades do gestor do Contrato:

9.3.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do Contrato;

9.3.2. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos Contratos, no prazo de até 01 (um) mês, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do Contrato;

9.3.3. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do Contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, ao Prefeito aquelas que ultrapassarem a sua competência;

9.3.4. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar, nos autos do processo correspondente, eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

9.3.5. Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de



ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequação ao Contrato para que atenda a finalidade da Administração;

9.3.6. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente à Unidade Gestora de Licitações para formalização dos procedimentos de sua atribuição;

9.3.7. Estabelecer prazo razoável para comunicar a Unidade Gestora de Licitações e Contratos o término dos Contratos, em caso de nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade.

9.4. Fica designado o **Sr. JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS**, Assessor Executivo, CPF/MF nº 049.754.988-39, com observância da legislação vigente, para fiscalizar o Contrato no campo administrativo, operacional e setorial.

9.5. São responsabilidades do Fiscal de Contrato:

9.5.1. Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

9.5.2. Anotar todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

9.5.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do Contrato, determinando prazo para a correção;

9.5.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

9.5.5. Comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas apazadas;

9.5.6. Fiscalizar a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar para o regular processamento da despesa;

9.5.7. Comunicar, antecipada e tempestivamente, o gestor do Contrato quanto a seu término para fins de prorrogação ou nova licitação, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

10.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do Contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do Contrato;



10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

10.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021 aos responsáveis pelas infrações administrativas serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2.1. A aplicação das penalidades previstas não exclui, se for o caso, a reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.2.2. Na aplicação das penalidades descritas no item 10.2 serão consideradas:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3. A aplicação de advertência será aplicada exclusivamente ao licitante que dar causa à inexecução total ou parcial, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.4. A penalidade de multa será aplicada sobre o valor do Contrato não cumprido no percentual mínimo de 0,5% até o máximo de 30%, consideradas as condições descritas no item 10.2.2. desta Cláusula.

10.4.1. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o contratado a multa de mora no percentual de 10% sobre o valor do Contrato, ressalvada a possibilidade de aplicação cumulativa das outras penalidades cabíveis quando o ato praticado caracterizar as infrações

administrativas descritas no item 10.1.

10.4.1.1. A multa de mora pelo atraso na execução poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do Contrato com aplicação de outras penalidades, a critério da Administração Pública.

10.5. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao licitante que praticar os atos descritos nos itens 10.1.2 ao 10.1.7, no prazo máximo de 03 anos.

10.5.1. Quando as circunstâncias da infração administrativa descritas nos itens 10.1.2 ao 10.1.7 ensejarem aplicação de penalidade mais gravosa a Administração Pública poderá aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública no prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

10.6. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao licitante que praticar os atos descritos nos 10.1.8 ao 10.1.12 no prazo máximo de 3 anos e máximo de 6 anos.

10.7. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais;

10.8. Caso a multa ou as indenizações cabíveis forem superiores ao pagamento devido ao contratado, além da perda do valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou cobrada judicialmente.

10.9. Na aplicação da penalidade de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

10.10. A aplicação das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade para licitar e contratar será precedida de procedimento administrativo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei 14.133/21.

10.11. Serão observados os artigos 155 ao 163 da Lei 14.133/21 para aplicação penalidades nas infrações administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

11.1. É vedado ao CONTRATADO a subcontratação total ou parcial do objeto deste ajuste, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial a outrem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

11.2. O não cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato ou ocorrência das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, descritas na Cláusula Décima do presente Contrato, autoriza a CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o Contrato, independentemente de interpelação judicial, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos do presente Contrato e da lei vigente.

11.3. Esta avença poderá ser rescindida, na forma, pelos motivos e com as consequências previstas no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.4. No caso de rescisão unilateral, a CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em aplicar as sanções previstas na Cláusula 12ª do presente instrumento e previstas na Lei 14.133/21.

11.5. A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pelos prejuízos causados CONTRATANTE, não o impedindo de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados.

11.6. Caso o Credenciamento que originou este Contrato seja rescindindo este Contrato de igual forma será rescindido.

11.7.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1. A execução do presente Contrato será regida pela Lei 14.133/21, que servirá inclusive para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Será competente o Foro da Comarca de Palmital, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas ou lides advindas do presente Termo de Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado seja.

13.2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual efeito e teor.

Palmital, de de 2024.-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES
- Prefeito Municipal -

(NOME)
- REPRESENTANTE LEGAL -



ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: Prefeitura Municipal de Palmital, CNPJ nº 44.543.981/0001-99, com sede na Rua Joaquim Nascimento Lourenço, 119, Centro, no Município de Palmital/SP.

CONTRATADA:

CONTRATO Nº/2024 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2024.

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas do tipo MEI (Microempreendedor Individual) para atuar como **PINTOR, PEDREIRO, ELETRICISTA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E SERVENTES DE PEDREIRO** para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Palmital/SP e seus Departamentos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:



- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Palmital, ... de de 2024.-

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: **LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 395.567.688-90

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: **LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 395.567.688-90

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: **LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 395.567.688-90

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: **LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 395.567.688-90

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: **SEBASTIÃO CLODOALDO DE SOUZA**

Cargo: Assessor Executivo

CPF: 206.448.358-69

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: **JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS**

Cargo: Assessor Executivo

CPF: 049.754.988-39

Assinatura: _____